

Pistas de mudanças fonéticas na ortografia do português

Myrian Barbosa da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, MB. Pistas de mudanças fonéticas na ortografia do português. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 357-362. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



Pistas de mudanças fonéticas na ortografia do português

Myrian Barbosa da SILVA
Universidade Federal da Bahia

A ortografia é um aspecto secundário na produção textual, mas – concordemos ou não – tem o poder de conferir prestígio social ou de estigmatizar quem a obedece ou não. É tida no julgamento da sociedade como índice de informação e de formação do autor. Daí a importância de nos ocuparmos dela neste momento.

Acabamos de ver aprovada uma mudança ortográfica que pretende nos aproximar dos outros países lusófonos, com a bênção de uns e a crítica de outros. Sua motivação se fundamenta principalmente na política da língua, na necessidade de uma norma negociada pelos diversos países lusófonos.

Indiscutivelmente, a reforma ortográfica se relaciona com interesses políticos e editoriais, que veem na unificação da ortografia a possibilidade de expansão de mercado nos três continentes. Não nos interessa aqui discutir o mérito desta reforma, nem dessa nem das anteriores.

Na verdade, pouco pesam as diferenças entre as normas. Irrelevantes são as dificuldades de comunicação entre os povos lusófonos quando se trata da língua escrita. Divergimos mais na fonética. É na língua falada que reside o nosso – só relativo! – embaraço. Conta-se que um brasileiro tomou um táxi em Lisboa e, tentando manter com o motorista um diálogo, ouviu dele a seguinte resposta: *Mas que diabo é essa língua que estás a falar e que eu entendo tudo, mas não sei qual é?* O espanto, no entanto, não interferiu no entendimento mútuo.

É natural, porém, que uma mudança ortográfica seja indesejada por uma parte dos falantes. Ao mexer no já estabelecido, no conhecimento já firmado, ela gera perplexidade, insegurança, desconforto, principalmente para a população menos informada.

No entanto alguns movimentos já almejavam uma reforma ortográfica radical rumo a uma representação fonética da fala, movimentos que não prosperaram pelo absurdo da proposta e pelo esclarecimento cada vez maior que a proliferação de cursos de Letras no país vem promovendo. Esses movimentos atendiam a frequentes queixas de usuários e

de alfabetizadores contra a “complicação” da ortografia, que, ironicamente, depois de aprendida, todos temem modificar. Esse, aliás, era o argumento mais constante para o pleito de uma ortografia mais simples: a dificuldade no letramento, que se atribuía, quase sempre, a discrepâncias entre o sistema ortográfico da língua e sua realização fonética.

Todavia, o problema de usar bem a ortografia oficial se relaciona menos com as dificuldades advindas do sistema, do que com as características da sociedade contemporânea, centrada na comunicação visual. No caso do Brasil, relaciona-se principalmente com a qualidade da escola, incluindo aí a formação do professor e suas condições de trabalho, com a situação social da maior parte dos alunos, com os gigantescos problemas nacionais. As dificuldades provenientes do sistema ortográfico são menores, contornáveis, possíveis de dominar, se a escola for capaz de desenvolver o hábito de leitura, e se o professor as compreender melhor, se estiver consciente da importância pragmática e documental da grafia, se o professor souber, enfim, mais do que regras ortográficas.

Boa parte das incongruências entre sistema ortográfico e sistema fonológico, das redundâncias e das ambivalências de símbolos advém da necessidade de permanência, da durabilidade da escrita, da sua função comunicativa de unir falantes de uma mesma língua, separados no espaço e, principalmente, no tempo.

Pela escrita, consentimos que, à distância, o outro penetre no nosso pensamento e podemos conhecer o dele também. É possível desvendarmos o que diziam – e como diziam – as gerações que nos precederam, e, mais importante: podemos repassar de uma geração a outra as suas descobertas científicas e a sua produção artística. Surge, então, dessa necessidade de garantir a comunicação entre grupos distintos, o imperativo que tem a ortografia de representar as diversas normas de uma língua: as normas regionais, etárias, sincrônicas e diacrônicas. Para isso, o sistema de representação precisa minimizar na escrita os efeitos de operações fonológicas sincrônicas e de mudanças fonéticas acumuladas ao longo dos séculos.

As operações fonológicas sincrônicas podem ocorrer entre dialetos ou mesmo dentro de um dialeto.

No primeiro caso – de variação entre dialetos –, está o /R/ final da palavra **amor**, que, conforme cada região, pode ser pronunciado como uma fricativa **amo[h]**, uma vibrante simples **amo[r]**, uma retroflexa **amo[r̄]** ou mesmo um zero fonético **amo[0]**. A letra **r** representa, portanto, para cada um dos falantes, a variante da sua região, do seu estrato social ou do estilo.

No segundo caso – de operações fonológicas dentro do mesmo dialeto –, serve de ilustração o plural de **amor**, ou seja, **amores**. O segmento final desse vocábulo, isto é, o fonema /R/, se modifica ao receber o sufixo de plural. Nesse contexto, todas as pronúncias regionais são neutralizadas automaticamente pelo falante em uma só: a vibrante simples. A letra **r** de **amor** nesse contexto passa, então, a ser lida, em qualquer região, da mesma forma (**amo[r]es**). Ainda que isso tenha um custo, pois ela acumula, na maioria dos dialetos, dois valores – um na posição final e outro na posição intervocálica –, isso

não parece demandar muito esforço de aprendizagem. Observe-se que nesse exemplo as alterações fonológicas se realizam sem a consciência do falante, a ortografia as ignora, e, como resultado, **uma letra representa dois sons**.

Se a ortografia representasse cada diferente som por uma única letra, situação tida como ideal pelos usuários que não a dominam, o fonema /r/ de **amor** no singular seria escrito de várias maneiras, de acordo com a região, e diferentemente do plural, o que provavelmente constituiria uma “complicação” na aprendizagem da escrita. Na verdade, foram razões naturais e históricas que determinaram a escolha da escrita dessas palavras, como se verá depois.

As mudanças fonológicas produzem, dentro de uma mesma sincronia, diferenças dialetais que, ignoradas pela ortografia, garantem a comunicação entre leitores de variedades distintas. O falante realiza essas operações sem consciência delas. Ignorar essas diferenças também na escrita facilita a comunicação entre nativos de diversas variedades da língua.

Mas a ortografia ignora também diferenças dialetais percebidas pelo falante. No português contemporâneo, as vogais ilustram bem esse caso.

No fim de uma palavra, por exemplo, as vogais /I/ e /U/ não acentuadas se modificam, constituindo uma marca dialetal percebida pelo falante. Conforme a região do Brasil, elas terão duas diferentes realizações identificadas por todos. Tome-se como exemplo a palavra **fale**. Na posição final, há uma vogal anterior, que pode ser ou [e] (**fal[e]**) ou [i] (**fal[i]**) conforme o dialeto do falante, mas que é grafada com a letra **e**. O mesmo ocorre com o **o** final do vocábulo **dedo**, que admite duas realizações fonéticas. Desse modo, no final da palavra, a ortografia também adota **uma letra para duas pronúncias**: a letra **e** representa [e] ou [i]; a letra **o** representa [o] e [u].

As crianças aprendem essa regra desde cedo. Para o grupo de brasileiros da região que pronuncia **fal[i]** e **ded[u]**, resultaria em menor esforço de aprendizagem a representação com as letras **i** e **u**, mas aqueles da região em que se pronunciam **fal[e]** e **ded[o]** certamente exigiriam que elas fossem grafadas com **e** e **o**, como realmente o são. Admitir as duas grafias para a mesma palavra, ou melhor, admitir uma escrita regionalizada criaria um problema para as editoras, e talvez uma dificuldade para a leitura de todos.

Essa preferência por grafar com a mesma letra pronúncias diferentes tem, na verdade, custo baixo para a aprendizagem da escrita. Nos exemplos acima, cabe ao professor da área dialetal em que se pronunciam **fal[i]** e **ded[u]** induzir o aluno a descobrir a regra que vincula as letras **e** e **o** a essa pronúncia no final átono de palavra.

As falhas de ortografia nesse contexto, quando persistem em fases avançadas da aprendizagem, devem-se somente, na maioria dos casos, a um trabalho de alfabetização mal realizado ou a uma questão clínica envolvendo o alfabetizando. Por outro lado, essa ambiguidade ortográfica traz um ganho considerável, permitindo, sem muito esforço, a comunicação escrita por falantes de dialetos diferentes.

A ortografia, também não registra as variantes sociais, aquelas que representam um traço rejeitado na comunidade, como a variação entre /r/ e /l/ nos exemplos **f[r]ô ~ f[l]or**, **c[r]aro ~ c[l]aro**, **se[r]viço ~ se[w]/viço**. Nesses casos, também há apenas uma grafia aceitável e a sociedade é especialmente intolerante com a infração à norma, que revela a origem social do falante.

A atitude da sociedade em relação ao “erro” ortográfico é excessivamente rígida. Em qualquer dos casos, a desobediência à norma ortográfica é tomada como índice de grau de informação e até de inteligência. A ortografia, portanto, pode tornar-se meio de exclusão social.

O imperativo de um sistema ortográfico estável, duradouro se relaciona também com a necessidade de permitir, pela leitura de textos antigos, a comunicação entre gerações distantes.

Nosso sistema ortográfico é latino, como o de vários países, cujas línguas têm origem no poder de Roma antes e depois de Cristo. Ele reflete, pois, as mudanças sofridas pela língua romana na gestação das neolatinas.

As mudanças históricas responsáveis pelo surgimento das novas línguas, que ocorreram tanto no latim falado pelos estrangeiros durante as invasões romanas, quanto na fase arcaica do português e nas seguintes, se refletiram em boa parte das representações duplas e cruzadas da ortografia do português. Mudam os sons, mas permanecem as letras na escrita. *Verba volant, scripta manent*. Compreender isso, acredito, mudaria a atitude diante das pequenas dificuldades da aprendizagem da escrita por parte de professores e, por reflexo, tornaria a sociedade mais tolerante com os desvios ortográficos da comunidade letrada.

Veja-se, como exemplo dessa herança daquele passado, o caso da representação dupla do fonema /ʒ/. Quando esse segmento precede vogais anteriores, é grafado ora com **g**, ora com **j** (**gelo**, **juiz**), porque tem origens diferentes.

Como sabemos, no latim clássico, não havia palavras com o fonema /ʒ/. A letra **g** era lida como [g], mesmo estando antes de **e** ou **i**. As sequências **gi** e **ge** eram lidas como [gi] e [ge], tal como nas palavras latinas [g]ymnasium (**ginásio**), [g]elum (**gelo**). Essa pronúncia de **ge** e **gi**, no entanto, mudou no latim falado, por interferência das vogais palatais, i. é., de [e] e [i], do mesmo modo como aconteceu com outras consoantes nesse contexto. O **g** de [g]ymnasium e [g]elum passou a ser pronunciado primeiramente como [dʒ], ([dʒ]ymnasium, [dʒ]elum), e só depois como [ʒ], ([ʒ]inásio, [ʒ]elo), tal como se fala hoje.

Por sua vez, vocábulos iniciados com **j** em português, como **juiz**, **já**, **julho** e **Jesus**, que, respectivamente, têm origem em **judicis**, **jam**, **julius** e **Jesus**, no latim clássico, tinham uma semivogal e não uma consoante na posição inicial: [y]udicis (**juiz**), [y]am (**já**), [y]ulius (**julho**) e [y]esus (**Jesus**). Essa semivogal [y] inicial, representada na escrita do latim pela letra **i**, sofreu uma mudança e se converteu na consoante palatal, isto é, passou a ter a pronúncia que conhecemos no português moderno: [ʒ]uiz, [ʒ]ulio, [ʒ]á e

[ž]esus. Essa transformação da semivogal [y] na consoante [ž] coincidiu com o fonema resultante da mudança, descrita acima, que se operou com o [g], ou seja, ambas, a consoante [g] e a semivogal [y], resultaram em [ž]. Como consequência, restou na escrita do português a dupla representação ortográfica desse novo segmento fônico: uma com g e outra com a letra j, introduzida no século XVI pelas primeiras gramáticas da nossa língua.¹

Mudanças históricas, como essa, explicam uma parte da mais complexa das representações ortográficas do nosso sistema: a representação do fonema /s/, sempre considerado o maior vilão da escrita do português.

Ficou demonstrado acima o caráter documental da ortografia. Nela, estão fixados estados sucessivos do sistema fonológico, logo, a sua história. Porém, onde a importância desse documento se revela mais é no desvio do padrão obrigatório, ou seja, nos “erros” de quem escreve.

A não observância das regras da ortografia oficial denuncia operações fonológicas estáveis, variações dialetais e mudanças em curso na língua, pela tendência que tem o falante de transcrever a sua própria pronúncia. Os “erros” ortográficos dos copistas medievais – ao lado da produção literária e de registros de gramáticos da época – têm-se constituído uma fonte preciosa para a formulação de hipóteses para a reconstituição dos segmentos fônicos em fases passadas do português e de explicação do português brasileiro. No português moderno, relembro o conhecido artigo *Erros escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro*² do saudoso mestre Mattoso Câmara Jr., que nos chama a atenção para várias operações fonológicas presentes na fala dos cariocas, observadas nas desobediências à ortografia em trabalhos dos seus alunos do Colégio Pedro II.

Os sistemas linguísticos comportam um grau de instabilidade, de variabilidade, pois convivem com operações fonológicas estáveis e outras que redundam em mudanças linguísticas. Por outro lado, as ortografias, pelo seu caráter de meio de comunicação duradouro, não podem retratar fielmente essa instabilidade. Assim os “erros” ortográficos são inevitáveis. Eles devem ser compreendidos e aceitos como naturais, especialmente na escrita de pessoas em formação e de baixa escolaridade. O que diminuirá a sua incidência na escrita será a melhoria da qualidade da escolarização, e da alfabetização em particular, o convívio maior da sociedade brasileira com a palavra escrita através do acesso a jornais, revistas e livros, o que dependerá da solução dos graves problemas sociais que nos afligem.

1 A letra j não fazia parte do alfabeto latino. Foi introduzida na escrita do português a partir das gramáticas de Fernão de Oliveira e João de Barros, primeiras da nossa língua. (BUESCO, Maria Leonor Carvalhão (1983). *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos do século XVI*. Lisboa: IN-CM. p. 96)

2 MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim (1975). Erros escolares como sintomas de tendências linguísticas no português do Rio de Janeiro. In: MATTOSO CÂMARA JR., Joaquim. *Dispersos de Joaquim Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas.

A ortografia não é imutável, mas uma reforma não resolverá todos os entraves da aprendizagem. Qualquer alteração no sistema gráfico deve ser cautelosa e discreta como a que se fez recentemente. Mudanças na ortografia não são perfeitas e sempre desagradarão a alguns. Serão ajustes necessários, se servirem à comunidade linguística, ampliando a comunicabilidade, unindo os povos.